



# **Município de Guaratuba**

## **Estado do Paraná**

### **LEI Nº 2.188**

**Data:** 5 de dezembro de 2025.

**Súmula:** Dispõe sobre a implementação do Programa Municipal de Aprendizagem destinado a adolescentes e jovens no âmbito do Município de Guaratuba e dá outras providências.

**O Prefeito do Município de Guaratuba, Estado do Paraná,** no uso de suas atribuições legais, envia à Câmara Municipal de Guaratuba para análise, deliberação e posterior aprovação o seguinte projeto de lei:

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Município de Guaratuba, o Programa Municipal de Aprendizagem para Adolescentes e Jovens, destinado a promover a formação técnico-profissional metódica, nos termos dos arts. 428 a 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943), da Lei Federal nº 10.097/2000, do Decreto nº 9.579/2018 e demais normas correlatas.

§ 1º O Programa será executado mediante ações integradas entre o Poder Executivo Municipal, entidades formadoras devidamente credenciadas no Cadastro Nacional de Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego – CNAP/MTE, e entidades sem fins lucrativos regularmente inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

§ 2º A execução do Programa deverá observar, de forma obrigatória:

I – os princípios da proteção integral e prioridade absoluta previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990);

II – as diretrizes da Política Nacional de Aprendizagem Profissional e as metas de inclusão social do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

III – a legislação educacional vigente, garantindo a compatibilidade entre a jornada de aprendizagem e a frequência escolar do aprendiz.

**Art. 2º** Constituem objetivos do Programa:

I – proporcionar aos adolescentes e jovens a formação técnico-profissional que possibilite seu ingresso, reinserção e permanência no mercado de trabalho formal;



# Município de Guaratuba

## Estado do Paraná

II – assegurar condições pedagógicas, teóricas e práticas adequadas ao desenvolvimento de competências profissionais e socioemocionais;

III – estimular a continuidade e a conclusão do processo de escolarização;

IV – contribuir para a prevenção do trabalho infantil, a inclusão produtiva e o fortalecimento da autonomia juvenil;

V – promover a integração intersetorial entre educação, assistência social e empregadores locais, visando ampliar as oportunidades de aprendizagem profissional.

**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – Aprendiz: o adolescente ou jovem com idade entre 14 e 24 anos, matriculado e frequentando curso de aprendizagem, contratado nos termos do art. 428 da CLT;

II – Entidade Formadora: instituição de ensino ou entidade sem fins lucrativos habilitada pelo Ministério do Trabalho e Emprego para oferta de aprendizagem;

III – Contrato de Aprendizagem: contrato especial de trabalho, ajustado por escrito e por prazo determinado, em conformidade com a legislação federal;

IV – Unidade Concedente de Prática: órgão ou entidade da Administração Municipal ou parceira que ofereça o ambiente de prática profissional ao aprendiz;

V – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA: órgão deliberativo e controlador das políticas para infância e adolescência, responsável por inscrever e fiscalizar as entidades de atendimento.

## CAPÍTULO II

### DO PÚBLICO-ALVO E REQUISITOS

**Art. 4º** Poderão participar do Programa Municipal de Aprendizagem os adolescentes e jovens que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

I – idade entre 14 (quatorze) e 24 (vinte e quatro) anos, salvo para aprendizes com deficiência, para os quais não se aplica o limite máximo de idade, nos termos do art. 428, §5º, da CLT;

II – estarem matriculados e com frequência regular em instituição de ensino da rede pública, em nível fundamental, médio, médio técnico ou Educação de Jovens e Adultos – EJA, ou terem concluído o ensino médio;

III – estarem regularmente inscritos em curso de aprendizagem ofertado por entidade formadora habilitada no Cadastro Nacional de Aprendizagem – CNAP/MTE.

**Art. 5º** Terão prioridade para ingresso no Programa os adolescentes e jovens:

I – egressos de serviços de acolhimento institucional ou familiar;



## **Município de Guaratuba**

### **Estado do Paraná**

II – cujas famílias sejam beneficiárias de programas de transferência de renda;

III – egressos de situação de trabalho infantil ou de medidas de proteção previstas no

ECA;

IV – em situação de deficiência;

V – em situação de vulnerabilidade ou risco social, identificada pelos serviços socioassistenciais;

VI – desempregados, que tenham concluído o ensino fundamental ou médio em instituição de ensino pública.

**Art. 6º** A seleção dos participantes será realizada pelas equipes técnicas de nível superior da Secretaria Municipal de Assistência Social, observados os critérios de prioridade previstos nesta Lei e a disponibilidade de vagas.

§ 1º O Município poderá estabelecer, em regulamento, pontuação ou critérios objetivos para desempate, garantindo transparência e equidade no processo seletivo.

§ 2º A continuidade do aprendiz no Programa ficará condicionada à comprovação periódica de frequência escolar mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e de participação nas atividades teóricas e práticas do curso de aprendizagem.

§ 3º O não atendimento aos requisitos ou a perda de condição que assegura a prioridade poderá ensejar o desligamento do aprendiz, mediante procedimento administrativo com direito à ampla defesa e contraditório.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA GESTÃO E DA EXECUÇÃO**

**Art. 7º** A gestão do Programa Municipal de Aprendizagem será coordenada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que exercerá função de controle social e deliberação sobre as diretrizes do Programa.

**Art. 8º** A contratação de aprendizes poderá ocorrer:

I – diretamente, pelo Poder Executivo Municipal, que assumirá a condição de empregador, observando os arts. 428 a 433 da CLT e a legislação previdenciária e trabalhista aplicável;

II – indiretamente, por meio de parcerias, convênios ou instrumentos de cooperação com entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, devidamente inscritas no CNAP/MTE e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que assumirão a condição de empregadoras.



# Município de Guaratuba

## Estado do Paraná

§ 1º O instrumento jurídico firmado deverá prever expressamente:

- a) o número de vagas disponibilizadas;
- b) o plano de atividades teóricas e práticas;
- c) a carga horária semanal e o regime de aprendizagem;
- d) as responsabilidades financeiras de cada parte;
- e) os indicadores de acompanhamento e avaliação de resultados.

§ 2º Caberá ao Município proporcionar ao aprendiz o espaço de prática profissional e garantir condições adequadas para o aprendizado, supervisionando o cumprimento do plano pedagógico.

§ 3º Caberá à Entidade Formadora:

I – assinar a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS do aprendiz, anotando o contrato de aprendizagem, nos termos do art. 428 da CLT;

II – ministrar a parte teórica do curso, em conformidade com os referenciais pedagógicos e carga horária mínima previstos em lei;

III – acompanhar a evolução do aprendiz e emitir relatórios periódicos ao Município;

IV – emitir certificado de qualificação profissional ao término do programa, desde que o aprendiz tenha obtido aproveitamento satisfatório.

**Art. 9º** O Programa deverá assegurar, no mínimo, 30% (trinta por cento) de vagas para adolescentes e jovens pertencentes aos grupos de prioridade definidos no art. 5º desta Lei.

**Art. 10.** Para garantir a execução adequada do Programa, o Município poderá instituir equipe técnica própria ou designar comissão de acompanhamento com atribuições de fiscalização, análise de relatórios, monitoramento de resultados e proposição de melhorias contínuas.

## CAPÍTULO IV

### DOS DIREITOS E DEVERES

**Art. 11.** São direitos do aprendiz contratado no âmbito do Programa Municipal de Aprendizagem:

I – ter a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS assinada desde o início do contrato;

II – perceber remuneração mensal não inferior ao salário-mínimo-hora, nos termos do art. 428, § 2º, da CLT;



# Município de Guaratuba

## Estado do Paraná

III – receber depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS à alíquota de 2% (dois por cento), conforme art. 15, § 7º, da Lei nº 8.036/1990;

IV – jornada de trabalho compatível com a frequência escolar, limitada a 6 (seis) horas diárias, podendo chegar a 8 (oito) horas quando já tiver concluído o ensino fundamental, desde que incluídas atividades teóricas;

V – férias coincidentes, preferencialmente, com as férias escolares;

VI – proteção contra atividades insalubres, perigosas ou incompatíveis com seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

VII – direito ao certificado de qualificação profissional ao final do contrato, se concluídas as atividades teóricas e práticas com aproveitamento satisfatório.

### **Art. 12.** São deveres do aprendiz:

I – manter frequência regular no curso de aprendizagem e na escola de ensino formal, quando for o caso;

II – cumprir com zelo e pontualidade a jornada de aprendizagem;

III – respeitar normas de conduta, regulamentos internos e orientações pedagógicas da entidade formadora e da unidade concedente de prática;

IV – zelar pelo bom uso dos equipamentos, materiais e instalações disponibilizados;

V – comunicar justificadamente eventuais faltas ou impossibilidade de comparecimento;

VI – participar das avaliações teóricas e práticas previstas no plano pedagógico.

**Art. 13.** O descumprimento injustificado dos deveres previstos nesta Lei poderá ensejar o desligamento do aprendiz do Programa, após procedimento administrativo com direito à ampla defesa e contraditório, observado o disposto no art. 433 da CLT.

**Art. 14.** O contrato de aprendizagem terá duração máxima de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência, hipótese em que não se aplica o limite máximo de duração, nos termos do art. 428, § 3º, da CLT.

## **CAPÍTULO V**

### **DO CONTROLE SOCIAL E DA TRANSPARÊNCIA**

**Art. 15.** Fica instituída a Comissão Municipal de Acompanhamento da Aprendizagem, de caráter consultivo e fiscalizador, composta por representantes:

I – da Secretaria Municipal de Assistência Social, que a coordenará;



## Município de Guaratuba Estado do Paraná

II – do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

III – das entidades formadoras parceiras;

IV – do Conselho Tutelar;

V – da sociedade civil organizada, com atuação comprovada na defesa de direitos da criança e do adolescente.

§ 1º A composição, mandato e funcionamento da Comissão serão regulamentados por ato do Poder Executivo, observada a paridade entre governo e sociedade civil.

§ 2º Compete à Comissão:

a) acompanhar a execução do Programa, avaliando a qualidade das atividades teóricas e práticas;

b) propor ajustes e melhorias nos fluxos e instrumentos de gestão;

c) receber e analisar denúncias ou representações de irregularidades;

d) elaborar parecer anual sobre o desempenho do Programa, encaminhando-o ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e ao Chefe do Poder Executivo.

§ 3º A Comissão Municipal de Acompanhamento da Aprendizagem se reunirá, no mínimo, a cada três meses, devendo suas atas, pareceres e deliberações serem registradas e publicadas no Portal da Transparência do Município, garantindo o acesso público e o controle social sobre as ações do Programa.

**Art. 16.** A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá elaborar relatórios semestrais contendo, no mínimo:

I – número de aprendizes inscritos, ativos e desligados;

II – número de vagas ofertadas e taxa de preenchimento;

III – percentual de conclusão e emissão de certificados;

IV – indicadores de evasão e suas principais causas;

V – execução financeira dos recursos destinados ao Programa.

**Parágrafo único.** Os relatórios deverão ser apresentados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, publicados no Portal da Transparência e disponibilizados ao Poder Legislativo Municipal.

**Art. 17.** O Município poderá firmar termos de cooperação técnica com órgãos de controle, instituições de ensino e entidades da sociedade civil para:

I – monitoramento independente do Programa;

II – avaliação de impacto social;



# Município de Guaratuba

## Estado do Paraná

III – auditoria de indicadores e resultados.

### CAPÍTULO VI

### DAS SANÇÕES

**Art. 18.** O descumprimento das obrigações por parte das entidades formadoras, unidades concedentes ou demais parceiros acarretará, conforme a gravidade da infração, a aplicação das seguintes sanções administrativas, observado o contraditório e a ampla defesa:

I – advertência formal;

II – suspensão temporária de participação no Programa, pelo prazo de até 12 (doze) meses;

III – rescisão do instrumento de parceria ou convênio;

IV – impedimento de firmar novos instrumentos de cooperação com o Município, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

§ 1º As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a natureza e a reincidência da infração.

§ 2º São infrações passíveis de sanção, entre outras:

a) não cumprimento do plano pedagógico ou da carga horária mínima;

b) descumprimento de normas de segurança e saúde no trabalho;

c) omissão ou fraude na emissão de relatórios;

d) prática de atos que atentem contra a dignidade, integridade física ou psicológica do aprendiz.

**Art. 19.** O desligamento do aprendiz poderá ocorrer, mediante ato formal e motivado, nas seguintes hipóteses:

I – conclusão do curso de aprendizagem;

II – alcance da idade máxima prevista no art. 4º desta Lei, exceto no caso de pessoa com deficiência;

III – desempenho insuficiente ou inadequação comprovada;

IV – falta disciplinar grave, nos termos do regulamento interno da entidade formadora;

V – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;

VI – a pedido do aprendiz ou de seu responsável legal, quando menor de 18 anos;

VII – extinção da entidade formadora ou encerramento do Programa.





# Município de Guaratuba

## Estado do Paraná

**Parágrafo único.** O desligamento será precedido de processo administrativo simplificado, assegurado ao aprendiz o direito à defesa e ao acompanhamento do responsável legal quando for menor de idade.

**Art. 20.** Constatada violação de direitos ou ocorrência de violência física, psicológica, sexual ou qualquer forma de discriminação no ambiente de prática ou na entidade formadora, o Município deverá adotar providências imediatas para:

I – proteger a integridade do aprendiz;

II – comunicar os fatos ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público, quando necessário;

III – garantir a transferência para outro local de aprendizagem, sempre que possível.

**Parágrafo único.** O Município deve disponibilizar acompanhamento psicológico, social e, quando necessário, de saúde aos aprendizes, visando o desenvolvimento integral e a prevenção de fatores de risco que possam comprometer seu aprendizado ou bem-estar. O serviço será ofertado em parceria com a rede pública municipal de saúde e assistência social.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 21.** O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, definindo os procedimentos operacionais, formulários, fluxos de encaminhamento e demais instrumentos necessários à execução do Programa, mediante participação e parecer favorável do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

**Art. 22.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Município, consignadas anualmente na Lei Orçamentária Anual – LOA, podendo ser suplementadas se necessário, respeitados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/2000.

**Parágrafo único.** O Município poderá utilizar recursos provenientes de convênios, transferências voluntárias da União e do Estado, termos de fomento, cooperação e outras fontes compatíveis com a legislação vigente para ampliar a cobertura e a qualidade do Programa.

**Art. 23.** O Poder Executivo deverá, anualmente, incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO previsão específica para manutenção e expansão do Programa Municipal de Aprendizagem.





## **Município de Guaratuba**

### **Estado do Paraná**

**Art. 24.** O Programa Municipal de Aprendizagem será objeto de revisão e atualização periódica, a ser realizado pelo Poder Executivo Municipal, para adequação às alterações das legislações trabalhistas e educacionais vigentes, garantindo a atualização contínua de suas diretrizes, procedimentos e normas operacionais.

**Art. 25.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se expressamente a Lei Municipal nº 1.367, de 14 de outubro de 2.009

Gabinete do Prefeito de Guaratuba, aos 5 de dezembro de 2.025.

**MAURICIO LENSE**

Prefeito

**PLE nº 1698/25**

**Of. nº 120 CMG de 02/12/25**